

No dia 12 de novembro de 2025, às 14h, foi realizada a reunião mensal do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Social do Município de Sarzedo-IPRES, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Educação. Estiveram presentes a Sra. Cléia Lemos Barroso Teófilo da Silva, o Sr. Fábio Henrique Gomes e a Sra. Valdirene Araújo Lacerda Santos. Dando início a reunião, adentraram em uma **videoconferência com o sr. Rodolpho Malafaia representante da empresa Lema**, para orientação e apresentação das premissas para elaboração da Política de Investimentos para o exercício de 2026, quando foi sugerido que fosse inserido os fundamentos legais referentes a Política de Investimentos, qual o nível do pró-gestão em que o IPRES é certificado, o estudo de ALM, o modelo de gestão do Instituto juntamente com os limites de alçada de seus partícipes, o cenário econômico com as expectativas de mercado, o objetivo dos investimentos, o parâmetro de rentabilidade a ser alcançado, um plano de contingencia, e a forma de monitoramento dos riscos e precificação dos ativos, para nortear as decisões das estratégias de alocação. logo após todos os apontamentos e exposições o sr. Rodolpho encerrou sua apresentação deixando a cargo do comitê a elaboração da política de Investimentos. Em seguida foi iniciada a **videoconferência com o sr. Rafael, representante da empresa Privatiza Investimentos**, para apresentação dos fundos “Crescera Growth Capital Fundo VI” e “Schroder GAIA Contour Tech-Equity Long & Short FIF CIC MM IE RL Acc FMP BRPT”; onde foi apresentado que o fundo Crescera Growth Capital Fundo VI”, CNPJ nº 58.365.153/0001-12, busca originar investimentos com critérios específicos e focados em setores com claras oportunidades de retorno, investindo em empresas brasileiras de médio porte focadas em setores com claras oportunidades de retorno nas áreas de educação, consumo, serviços, saúde e tecnologia. Tendo como gestor a Crescera e Administrador o BTG Pactual, com prazo de 10 anos, podendo ser acrescido de mais 2; taxa de administração de 2% a.a, e taxa de performance de 20% sobre o que exceder IPCA+7%, onde a gestora e os sócios se comprometerão com 5% do PL do fundo. Ao finalizar a apresentação o sr. Rafael agradeceu pela disponibilidade de todos os membros do comitê e após sua despedida, em análise a todo o exposto e pelo fato da gestora dos recursos já haver solicitado a análise da consultoria Lema, o comitê decide por aguardar a orientação quanto a viabilidade de realização de alguma alocação no referido fundo, e solicitou ao sr. Rafael que realize o credenciamento da gestora Crescera Capital junto ao IPRES. Posteriormente, iniciaram a **videoconferência com o Sr. Gabriel, representante da XP Investimentos**, que apresentou o Fundo XP Selection Feeder Institucional, o qual o Comitê já havia solicitado análise da consultoria do RPPS, quando ao final da apresentação realizaram a leitura e avaliação da análise encaminhada pela Lema, concernente ao referido fundo, onde pode-se observar que o ativo possui como gestor à

[Assinatura]

XP Vista Asset Management Ltda e como administrador à XP Investimentos CCTVM, onde ambos são credenciados pelo IPRES, estando na lista exaustiva do ministério da previdência e possuindo avaliação de qualidade de gestão MQ1 atribuído pela agência de rating Moody's, sendo o mais elevado nível que se pode atribuir a uma instituição. Prosseguindo com a análise verificou-se que trata-se de um ativo de FIP, onde a resolução 4.963/2021 permite que seja aplicado até 5% do PL do RPPS conforme disposto em seu art. 10,I I; sendo um fundo constituído sob forma de condomínio fechado com prazo de 6 anos, podendo ser prorrogado por mais 2; com objetivo de identificar oportunidades de Investimentos secundários em fundos de participação com foco em aquisição de cotas de investidores institucionais, estruturado para captar R\$400 milhões, tendo como público-alvo investidores institucionais qualificados. A Consultoria Lema concluiu recomendando que caso o comitê opte por realizar aporte neste fundo que seja observado o valor máximo de até 2% do PL do RPPS, com valor máximo de R\$3.000.000,00, no entanto, ponderaram também que possui riscos de mercado, de liquidez e de insucesso com nível alto e diversos riscos operacionais, pois depende do desempenho das empresas investidas, e ainda, não houve sugestão por parte da consultoria de onde seria realocado o valor para aplicação, por todo o exposto o comitê decidiu por realocar o valor de **R\$1.000.000,00** resgatado gradativamente ao longo de dois anos diretamente no fundo BB Fluxo FIC RF Previd. Tempestivamente a sra. Cléia, apresentou o relatório da carteira de investimentos referente ao mês de outubro, destacando que o patrimônio total do IPRES atingiu R\$151.678.076,89, distribuído da seguinte maneira: R\$127.059.959,74 em renda fixa, R\$15.478.360,97 em renda variável, R\$7.987.156,84 em fundos estruturados e R\$1.152.599,34 em investimentos no exterior. Em seguida, foi feita a verificação do enquadramento da carteira em relação aos limites estabelecidos pela Política de Investimentos e pela Resolução nº 4.963/2021 do Conselho Monetário Nacional, constatando-se conformidade com todos os parâmetros legais e institucionais. A rentabilidade da carteira no mês foi de 1,31%, acumulando 12,86% no ano, superando a meta atuarial de 0,52% no mês e mantendo desempenho superior à meta anual de 8,28%, com um Gap positivo de 4,58% no acumulado. Na sequência, foram analisados os indicadores de risco da carteira, com destaque para o **VAR** de um dia útil, que foi de 0,30%, conforme o Dashboard do relatório da consultoria. No Relatório de Riscos de Mercado, observaram-se os seguintes resultados: **VAR** mensal de 1,38% e de 4,77% nos últimos 12 meses, mantendo-se o mesmo do mês anterior; **VOL** de 0,36% no mês e 2,47% em 12 meses, também mantendo-se o mesmo do mês anterior; **TREYNOR** de 0,04% no mês e -0,12% em 12 meses, ambos com decréscimo; **DRAWDOWN** de 0,14% no mês e 0,82% em 12 meses, com redução; e **SHARPE** de 0,35% no mês e -0,68% em 12 meses.

Atenciosamente:

também com redução em relação ao mês anterior. O **risco de crédito** permanece sob controle, garantido pela diversificação dos investimentos e pelo acompanhamento das classificações de risco das instituições financeiras. O **risco de solvência** mantém-se dentro dos parâmetros definidos pela avaliação atuarial e pelo estudo de Asset Liability Management (ALM), assegurando a sustentabilidade do RPPS. O **risco sistêmico** continua sendo monitorado de forma constante, diante da solidez do sistema financeiro nacional e das oscilações econômicas. Já o **risco reputacional** vem sendo mitigado por meio da fiscalização contínua das operações e da análise de informações e notícias sobre as instituições credenciadas. Quanto ao **risco de liquidez**, este se mantém adequado às necessidades do plano de benefícios, com a seguinte composição: 85,47% dos recursos aplicados em fundos com liquidez de 0 a 30 dias, 5,33% entre 181 e 365 dias, 0,92% entre 1 a 2 anos e 8,29% com prazos acima de 2 anos. Na continuidade da reunião, o comitê analisou o **Relatório Focus** do Banco Central, divulgado em 10 de novembro/25, que apresentou as seguintes projeções: **IPCA** estimado em 4,55%, com redução há uma semana; **PIB** projetado em 2,16% a duas semanas; **taxa de câmbio** mantida em R\$5,41 há duas semanas e **taxa Selic** estável em 15% nas últimas 20 semanas. Em seguida, os membros do comitê abordaram diversos dados sobre o cenário econômico atual, constatando que nos **Estados Unidos**, desde o início de novembro a economia vem apresentando sinais mistos, onde dados recentes apontam enfraquecimento do mercado de trabalho e cortes na criação de vagas privadas, pressionando expectativas de crescimento e da moeda. O Federal Reserve manteve uma orientação mais branda após reduzir a meta dos fundos federais em 0,25 pontos na reunião de outubro, para a faixa de 3,75% e 4,00%, com o comitê ressaltando incertezas e maior atenção a riscos da demanda; as taxas de curto prazo nos mercados domésticos refletem essa acomodação. O cenário da inflação ainda permanece no radar, porém com sinais de arrefecimento do emprego, o que sustenta o cenário de política monetária menos apertada no curto prazo e maior sensibilidade dos mercados a dados macroeconômicos. Já na **Europa**, a atividade econômica acelerou em outubro, e vem demonstrando no início de novembro crescimento mais resiliente do que alguns analistas esperavam, e possui inflação com risco equilibrado, levando o Conselho do Banco Central a manter as taxas inalteradas nas últimas reuniões, permanecendo sem cortes adicionais desde junho, quando seus membros apontaram confiança crescente no balanço entre inflação e crescimento, reduzindo a probabilidade de novos afrouxamentos de política no curto prazo; a orientação atual indica estabilidade na taxa de depósito e vigilância às leituras de inflação em relação ao consumo. Em resumo a política monetária estacionária na zona do euro tem seu foco deslocado para evolução do crescimento e inflação antes de qualquer ajuste. Na **Ásia**, levando em conta, Japão, China

J
Q
d
Jucáme:

e Coreia, há diferenças claras entre jurisdições: o Banco do Japão manteve a taxa em torno de 0,5% nas decisões mais recentes, com debates internos e membros dissidentes sugerindo continuidade de aperto, onde o mercado especifica possibilidade de novos aumentos rumo a 0,75%, se os dados de salários e inflação se confirmarem; porém conselhos e avisos públicos recomendam cautela dada a fragilidade de alguns indicadores. A China manteve suas taxas de referência inalteradas nas leituras mais recentes, sendo 1 ano em 3,00% e 5 anos em 3,50%, exibindo postura acomodativa para sustentar crédito e atividade. A Coreia do Sul mantém a taxa básica estável, em torno de 2,50%, com membros do conselho cautelosos quanto a cortes antes de sinais mais claros de recuperação. Em conjunto, a Ásia apresenta política monetária heterogênea com parte ainda acomodativa através da China, e parte em transição e observação através do Japão; possuindo ainda, alta sensibilidade a dados de crescimento externo e canais de exportação. No Brasil, o Ibovespa, principal índice da bolsa brasileira, ultrapassou os 157 mil pontos pela primeira vez na história, o que ocorreu devido ao início do ciclo de afrouxamento monetário nos Estados Unidos, com expectativa de mais um corte de juros pelo Federal Reserve ainda neste ano, juntamente com fatores como melhora no ambiente comercial entre Estados Unidos, China e Brasil, e a desaceleração da inflação e expectativa de corte de juros no Brasil a partir do próximo ano, são fatores que colaboram para a continuidade da alta do índice. O Banco Central decidiu por manter a Selic em 15% ao ano, sendo esta a terceira manutenção consecutiva desde que a autoridade monetária interrompeu o ciclo de aperto, em julho; e ainda, reforçou o cenário como incerto, não sinalizando quando será o início de cortes, mas o mercado já está especulando um consenso entre os especialistas de que há grandes chances do início da flexibilização começar a ocorrer somente a partir de março de 2026, no entanto um corte em janeiro ainda é considerado possível a depender do cenário macroeconômico, por isso, essa expectativa de manutenção prolongada reforçam a percepção de que o Brasil seguirá atrativo para os investidores. O Copom observou que, embora a inflação esteja caindo e as medidas subjacentes tenham mostrado certo arrefecimento, permanece acima da meta, deixando clara sua volatilidade, onde pode haver pressão para cima ou para baixo, sendo que para elevação o colegiado apontou desencorajamento das expectativas para a inflação; maior resiliência da inflação de serviços e a conjunção de políticas econômicas externa e interna; e para queda da inflação, o Copom ressaltou perda de fôlego da economia doméstica mais forte do que o projetado; com desaceleração global mais pronunciada e com redução de preços de commodities, o que se confirmou na data de ontem, 11/11/2025, quando saiu o resultado do IPCA de outubro que desacelerou fechando em 0,09% após alta em setembro, demonstrando que a inflação veio abaixo da expectativa do mercado, que esperava uma queda de 0,16%; sendo o menor

1
Ativante:
Silva

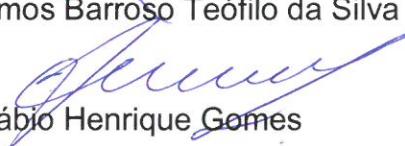
resultado do índice desde 1998. Já o **dólar** fechou em baixa pela quinta sessão no Brasil, chegando a R\$5,27, sendo o menor valor desde junho do ano passado; os investidores referem esses dados à inflação doméstica, a ata do Copom e ao fato do Senado dos Estados Unidos aprovar uma proposta para encerrar a paralisação do governo norte-americano que já dura mais de 40 dias, finalizando o shutdown, afetando positivamente o mercado de câmbio. Logo depois, iniciaram a elaboração da política de investimentos, onde levando em conta o fluxo atuarial, a liquidez do plano de benefícios, juntamente com o e-mail da consultoria Brasilis contendo a projeção da **taxa de juros parâmetro** para a avaliação atuarial de 2026 que resultou em **5,68%**, e ainda, levando em conta as projeções apresentadas no estudo de ALM e o fato de que o IPRES possui a certificação Pró-Gestão nível II, amplia as possibilidades de diversificação dos investimentos, permitindo, por exemplo, o aumento do limite de aplicação em renda variável para até 40% do total de recursos do RPPS, conforme previsto no parágrafo sétimo do artigo 7º e parágrafo terceiro do artigo 8º, entre outros dispositivos da Resolução CMN nº 4.963/2021. Na sequência elaboraram a Política de Investimentos para o exercício de 2026, definindo as seguintes estratégias de alocação: Na **Renda Fixa**, a alocação fica diversificada da seguinte maneira: alocação alvo de 20% em Títulos Públicos de Emissão do TN Selic conforme **art. 7, I,"a"**, sem limite de aplicação inferior e com 50% de limite superior; alvo de 25% dos ativos do RPPS em fundos 100% Títulos Públicos, com base no **artigo 7º, I, "b"**, com limite inferior de 20% e superior de 90%; alvo de 25% em Fundos Referenciados RF, conforme **artigo 7º, III, "a"** com limite inferior de 10% e superior de 70%; alvo de 5,00% de estratégia para Títulos de Renda Fixa de Emissão Bancária, conforme **Art. 7º, IV**, sem limite de aplicação inferior e com 20% de limite superior; alvo de 5% em Títulos FI RF “Crédito Privado”, conforme **Art. 7, V,"b"**, sem limite inferior e 10% de limite superior. E para as estratégias de **Renda Variável** ficaram decididos os seguintes percentuais: estratégia alvo de 8% em Títulos FI de Ações, conforme **Art. 8º, I**, sem limite de aplicação inferior e 30% de limite superior; já para os segmentos de **Investimentos no Exterior**, decidiram por estratégia alvo de 1%, conforme **Art. 9, II**, sem limite de aplicação inferior e com 10% de limite superior; já em Fundos de Ações BDR Nível I, conforme **art. 9º, III**, a estratégia alvo foi de 2%, sem limite inferior e com 10% de limite superior; nos **Fundos de Investimentos Estruturados** resolveram por deixar o limite alvo de 7% em Fundos Multimercados, conforme **Art. 10, I**, sem limite de aplicação inferior e com 10% de limite superior; 2% em Fundos em Participações, conforme **Art. 10, II**, sem limite de aplicação inferior, mas com 5% de limite superior; nos **Fundos Imobiliários**, conforme **Art. 11**, sem estratégia alvo ou limite inferior, no entanto com o limite de aplicação superior de 5%; e por último, estipularam os limites conforme o **Art. 12**, concernente a **Empréstimos Consignados**, sem estratégia

1
Q
Domingo
P

alvo ou limite inferior, com o limite de aplicação superior de 5%. Ao findar a elaboração da política de investimentos, ressaltaram que estaria encaminhando o documento ao Conselho de Administração para aprovação. Em seguida foi apresentado o restante dos documentos das instituições **Vibra e 3R** que estavam pendentes desde a reunião do mês de setembro onde foram analisados para **credenciamento** das referidas instituições, quando verificaram que ambas cumpriram todos os requisitos para se tornarem credenciadas à receberem aportes do Instituto de Previdência e em seguida elaboraram o termo de credenciamento que segue assinado por todos os presentes, sendo enviado para publicação no site do IPRES. Posteriormente, foi apresentado pela senhora Cléia o e-mail recebido da Caixa Econômica Federal informando o pagamento de **cupom de juros** referente ao do fundo de vésitice com vencimento em 2027 a partir do dia 17 de novembro de 2025, nesse sentido o comitê decide por realocar esse valor no fundo **Caixa Brasil IRF-M TP FI RF** e referente ao ativo de vésitice 2027 do Banco do Brasil, resolveram por aplica-lo no fundo **BB IRF-M1 TP FIC RF Previd**. Dando sequênciia, elaboraram o parecer mensal a ser encaminhado ao Conselho Fiscal para análise e posterior publicação no site do IPRES, contemplando o patrimônio total do instituto, a alocação dos investimentos, o desempenho de cada ativo no mês e no acumulado do ano, além das ações desenvolvidas por este Comitê. Não havendo mais nada a ser tratado, eu, Cléia Lemos Barroso Teófilo da Silva, redijo a presente ata, que foi lida e aprovada por unanimidade, sendo assinada por mim e pelos demais membros presentes.



Cléia Lemos Barroso Teófilo da Silva



Fábio Henrique Gomes



Valdirene Araújo Lacerda Santos